



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7894

Presidente da Mesa Diretora: Athos Mameluke Mota

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Modifica e Revoga Leis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 03/03/2009

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2009. (ALTERADA). Altera a Lei Complementar nº 008, de 11/04/2006, que dispõe sobre o “Regime Próprio de Previdência Social” do Município de Montes Claros e sobre a “Entidade de Previdência PREVMOC”. (Reajusta a alíquota de contribuição para 11% e acrescenta novos artigos à Lei). (Referente à Lei Complementar nº 017, de 11/03/2009, que foi alterada pela Lei Complementar nº 049, de 20/08/2015).

Controle Interno – Caixa: 16.3

Posição: 41

Número de folhas: 09

Espécie: PL
Categoria: Modifica
CX: 16.3
Ordem: 41
nº fls: 07



010/2009

11.03.2009

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/ 2009

Lei Complementar nº 17, de 11/03/2009

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Altera a Lei Complementar Municipal nº 008, de 11 de abril de 2006.

Sobre PREVMOC

MOVIMENTO

Entrada em - 03/03/2009

Comissão de Legislação e Justiça

- 1 -
- 2 - APROVAÇÃO EM REGIME DE URGEN
- 3 - CIA EM 10.03.2009.
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – centro – Montes Claros – MG

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 002/2009

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 008, DE 11 DE ABRIL DE 2006.

O povo do Município de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. – Fica alterado o art. 81 da Lei Complementar Municipal nº. 008, de 11 de abril de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 81 – A alíquota de contribuição do Município, de suas autarquias e fundações, será de 11,00% (onze por cento), incidente sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, nos moldes estabelecidos no art. 76”.

Art. 2º. – Ficam acrescidos à Lei Complementar Municipal nº. 008, de 11 de abril de 2006, os artigos 20-A, 84-A, 84-B e 84-C, com a seguinte redação:

“Art. 20-A – O segurado aposentado por invalidez, independente de sua idade, fica sujeito, a qualquer tempo, sem prejuízo do disposto no parágrafo único deste artigo e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a perícias médicas para avaliação da incapacidade, a processos de reabilitação profissional que forem prescritos e a tratamentos que forem dispensados, custeados pelo PREVMOC, exceto tratamento cirúrgico e transfusão de sangue, que são facultativos.

Parágrafo único - Observado o disposto no caput deste artigo, o aposentado por invalidez fica obrigado, sob pena de suspensão de pagamento do benefício, a submeter-se bianualmente a exames médico-periciais”.





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – centro – Montes Claros – MG

Fl. 02

“Art. 84-A – Para fins do plano de custeio estabelecido nesta Lei, os segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Montes Claros-MG ficam divididos em dois grupos distintos, na forma seguinte:

I – Grupo I – Composto pelos servidores aposentados em gozo de benefício na data de publicação desta lei e seus respectivos dependentes, pelos pensionistas em gozo de benefício na data da publicação desta lei e pelos servidores ativos que implementarem os requisitos para a concessão de aposentadoria voluntária ou compulsória antes de 1º. (primeiro) de janeiro de 2020 (dois mil e vinte), ainda que venham a entrar em gozo de benefício de aposentadorias pelas demais hipóteses previstas nesta Lei, bem como por seus respectivos dependentes.

II – Grupo II – Composto pelos servidores ativos cuja data esperada em que atingirão o direito à aposentadoria voluntária ou compulsória será a partir de 1º. (primeiro) de janeiro de 2020 (dois mil e vinte) e respectivos dependentes”.

“Art. 84-B – Os benefícios assegurados aos integrantes do Grupo I serão custeados sob o regime financeiro de repartição simples, com as receitas oriundas das contribuições de seus integrantes, das respectivas contribuições patronais, da compensação previdenciária entre os regimes previdenciários, referentes aos seus integrantes e dos valores de retorno de investimento desses recursos.

Parágrafo único – A cobertura de eventuais insuficiências financeiras para o pagamento dos benefícios do Grupo I será de responsabilidade integral do Tesouro Municipal”.

“Art. 84-C – Os benefícios assegurados aos integrantes do Grupo II serão financiados conforme critérios atuariais de acumulação de capital, por meio das receitas correspondentes às contribuições dos seus integrantes, as respectivas contribuições patronais e receitas oriundas da compensação previdenciária entre os regimes previdenciários, referentes aos seus integrantes, bem como das obtidas com o retorno de investimentos desses recursos.





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

v. Cula Mangabeira, 211 – centro – Montes Claros – MG

Fl. 3

Parágrafo único – Todo o patrimônio do regime próprio de previdência social do Município de Montes Claros, existente na data de publicação desta lei, será alocado para o financiamento dos benefícios do Grupo II”.

Art. 3º. – O Poder Executivo Municipal, por meio do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC, encaminhará à Secretaria de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, até 10 (dez) dias úteis após a publicação desta Lei, cópia do presente diploma legal, bem como todo e qualquer instrumento posterior que venha alterar ou normatizar o regime próprio de previdência dos servidores de Município de Montes Claros – MG.

Art. 4º. – Revogadas as disposições em contrário, esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2008.

Montes Claros (MG), 27 de fevereiro de 2009.


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
G JUSTIÇA
EM 03 DE MARÇO DE 2009
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 10 DE MARÇO DE 2009

PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – centro – Montes Claros – MG

Montes Claros (MG), 29 de fevereiro de 2009.

Exmo. Sr.

Vereador Athos Mameluque Mota

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício n. 65 /2009

Assunto: encaminha Projeto de Lei Complementar

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para ser submetido à douta Câmara Municipal, o Projeto de Lei Complementar em anexo, que “*ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 008, DE 11 DE ABRIL DE 2006*”.

Trata-se de proposição que objetiva adequar os compromissos financeiros do Município às suas reais possibilidades, sem prejuízo às finalidades do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC e aos legítimos interesses dos seus beneficiários. Além do mais, tal como previsto no projeto de lei ora apresentado, a cobertura de eventuais insuficiências financeiras para o pagamento aos beneficiários caberá ao Tesouro Municipal.

Em face da imperiosa necessidade de implementação das modificações propostas, solicitamos que o Projeto de Lei Complementar ora encaminhado seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal de Montes Claros



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2009 QUE “ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 008, de 11 de abril de 2006” de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei Complementar à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

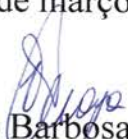
Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, tendo em vista que compete ao Executivo a iniciativa de projetos versando sobre questão orçamentária.

O mesmo se diga em relação ao seu objetivo, ou seja, não se vê nenhuma ilegalidade no referido projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 05 de março de 2009.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002 /2009

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: “Altera a Lei Complementar Municipal nº 008, de 11 de abril de 2006”.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 03/03/2009, com entrada na Sala das Comissões no dia 06/03/2009.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto, em análise, tem como objeto a alteração de dispositivos de Lei Complementar Municipal nº 008, de 11 de abril de 2006.

A Lei Complementar Municipal nº 008, de 11 de abril de 2006, dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Montes Claros/MG e sobre a Entidade de Previdência.

Nos termos da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal compete ao Executivo Municipal a organização da administração direta e indireta do Município, bem como dispor sobre matérias orçamentárias.

Sendo assim, esta Comissão entende que o referido Projeto de Lei não incide em vício de iniciativa e não fere normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Ante ao exposto, a Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 09 de março de 2009.

Presidente: Ver. Alfredo Ramos Neto: _____

Vice-Presidente: Ver. Sebastião Ildeu Maia: _____

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Montes Claros, 11 de março de 2.009.

Ofício : ATL N° 074 / 2009

Assunto : Encaminha Projeto para Sanção

Serviço : Câmara Municipal

Senhor Prefeito,

Com os nossos cordiais cumprimentos, e de conformidade com o que preceitua o Inciso X, Art. 37 da Constituição Federal e o Art. 54, da Lei Orgânica do Município de Montes Claros, estamos encaminhando a V.Ex^a. o **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE ALTRA A LEI COMPLEMENTAR N° 008, DE 11 DE ABRIL DE 2.006**, que foi apreciado e aprovado na Reunião Ordinária deste Legislativo, no dia 10/03/2009.

Valho-me da oportunidade para renovar a V.Ex^a. votos de estima e apreço.

Vereador – 
Presidente da Câmara

**Excelentíssimo Senhor
Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal
MONTES CLAROS - MG**